

Uma equipe altamente especializada, com atendimento personalizado e soluções precisas.

juenemann
& ASSOCIADOS
Auditores e Consultores



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

EXERCÍCIO 2017



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII

PORTO ALEGRE/RS

MARÇO/2018



SUMÁRIO

1- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	4
2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 ...	8
2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL	8
2.1.1 – ATIVO	8
2.1.2 – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
2.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	10
2.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	11
2.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	12
2.5 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13



SEÇÃO 1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho e Diretoria da
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Educacional João XXIII, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Educacional João XXIII em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, e na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda cessar

suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação geral, estrutura, conteúdo e a aplicação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 01 de março de 2018.



Alexandre dos Santos Valente
Contador - CRC/RS nº. 052.679/O-0
CNAI 3.330
Vinicius Scherer
Contador - CRC/RS nº. 070.381/O-0
Juenemann & Associados
Auditores e Consultores
CRC/RS 1.979

SEÇÃO 2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

2.1.1 – ATIVO

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.049.051,11	1.733.089,28
Contribuições educacionais a receber	4	995.610,70	857.470,04
Adiantamentos	5	50.487,51	41.874,24
Impostos a recuperar		2.108,15	83,20
Total do ativo circulante		4.097.257,47	2.632.516,76
Não circulante			
Investimentos		3.735,98	3.735,98
Imobilizado	6	16.391.897,33	16.461.109,77
Intangível		10.340,47	15.634,63
Total do ativo não circulante		16.405.973,78	16.480.480,38
Total do ativo		20.503.231,25	19.112.997,14

(As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

2.1.2 – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	11.007,05	11.363,21
Fornecedores		107.048,28	32.133,98
Obrigações sociais e tributárias	8	507.093,69	539.181,09
Salários a pagar		543.943,08	487.467,52
Provisão férias e encargos		1.129.684,63	957.245,48
Provisão de processos trabalhistas		174.410,64	217.206,72
Receitas antecipadas		225.711,17	362.151,47
Credores diversos		96.671,07	101.012,60
Total do passivo circulante		2.795.569,61	2.707.762,07
Não circulante			
INSS parcelamento		131.098,76	216.051,00
Provisão de contingência		227.315,18	227.315,18
Fundos para projetos de aplicação		325.109,20	467.103,41
Total do passivo não circulante		683.523,14	910.469,59
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	9.a	3.217.221,54	3.095.921,41
Ajuste de exercícios anteriores	9.b	160.811,36	
Superávit do exercício		1.534.710,36	121.300,13
Ajuste de avaliação patrimonial	9.c	12.111.395,24	12.277.543,94
Total do patrimônio líquido		17.024.138,50	15.494.765,48
Total do passivo e patrimônio líquido		20.503.231,25	19.112.997,14

(As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

2.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Demonstração do Resultado	Nota	2017	2016
Receita Operacional Líquida	10	20.211.746,46	17.909.191,29
		20.211.746,46	17.909.191,29
Despesas (Receitas) Operacionais			
Despesas com pessoal	11	(12.598.393,43)	(12.124.691,91)
Despesas gerais e administrativas	12	(6.959.120,37)	(6.078.615,27)
Outras despesas operacionais		(18.053,62)	(3.497,69)
Outras receitas operacionais líquidas		590.542,71	293.239,73
		(18.985.024,71)	(17.913.565,14)
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	13	(38.247,80)	(158.624,90)
Receitas financeiras	13	346.236,41	284.298,88
		307.988,61	125.673,98
Superávit do Exercício		1.534.710,36	121.300,13

(As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

2.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício.....	1.534.710,36	121.300,13
<u>Ajustes para reconciliar o lucro líquido</u>	<u>403.939,69</u>	<u>408.037,96</u>
(+) Depreciação e amortização	394.367,50	408.037,96
(-) Reversão da depreciação	-151.239,17	0,00
(+) Ajuste de exercícios anteriores	160.811,36	0,00
Lucro líquido ajustado.....	1.938.650,05	529.338,09
<u>Varição dos ativos e passivos</u>	<u>(287.561,63)</u>	<u>824.291,46</u>
Aumento de contribuições educacionais a receber	(138.140,66)	(26.389,37)
Aumento/ redução de adiantamentos	(8.613,27)	(15.944,63)
Aumento de impostos a recuperar	(2.024,95)	(83,20)
Redução de depósitos judiciais	0,00	0,00
Aumento/redução de fornecedores e credores	70.572,77	(67.342,54)
Aumento de obrigações sociais e tributárias	44.415,82	(6.942,17)
Aumento/redução de salários a pagar	56.475,56	(8.165,78)
Aumento da provisão de férias e encargos	95.935,93	72.166,46
Redução/aumento do parcelamento	(84.952,24)	267.598,12
Aumento/redução de fundos para projetos de aplicação	(141.994,21)	278.400,71
Redução/aumento de receitas antecipadas	(136.440,30)	151.787,14
Processos Trabalhistas	(42.796,08)	179.206,72
<u>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</u>	<u>1.651.088,42</u>	<u>1.353.629,55</u>
Fluxos de caixa nas atividades de investimento		
Pagamento pela aquisição de imobilizado	(334.770,43)	(253.944,08)
<u>Caixa líquido proveniente nas atividades de investimentos</u>	<u>(334.770,43)</u>	<u>(253.944,08)</u>
Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	(356,16)	9.049,13
<u>Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamentos</u>	<u>(356,16)</u>	<u>9.049,13</u>
<u>Aumento/Redução líquido de caixa e equivalente de caixa</u>	<u>1.315.961,83</u>	<u>1.108.734,60</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.733.089,28	624.354,68
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	<u>3.049.051,11</u>	<u>1.733.089,28</u>
Aumento / Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	1.315.961,83	1.108.734,60

(As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

2.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Ajuste de avaliação Patrimonial</u>	<u>Superávit do Exercício</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.755.955,67	12.277.543,94	339.965,74	15.373.465,35
Incorporação do superávit ao Patrimônio Social	339.965,74		(339.965,74)	0,00
Superávit do exercício			121.300,13	121.300,13
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.095.921,41	12.277.543,94	121.300,13	15.494.765,48
Incorporação do superávit ao Patrimônio Social	121.300,13		(121.300,13)	0,00
Depreciação de Ajuste Patrimonial		(166.148,70)		(166.148,70)
Ajuste de exercícios anteriores	160.811,36			160.811,36
Superávit do exercício			1.534.710,36	1.534.710,36
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.378.032,90	12.111.395,24	1.534.710,36	17.024.138,50

(As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

2.5 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

A **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII** é uma instituição sem fins lucrativos que tem como objetivo principal a prestação de serviços educacionais nos níveis infantil, fundamental e médio. Fundação declarada de Utilidade Pública pela Lei declaratória do Município de Porto Alegre, número 3.474/71. As normas que regulam a Fundação são estabelecidas pelo Estatuto e pelo que a respeito dispuser a Legislação vigente.

Os dirigentes, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores, ou equivalentes, não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente e a Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e disposições aplicadas às entidades sem fins econômicos.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.1. Políticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Entidade é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. A Entidade não fez qualquer operação envolvendo moeda estrangeira, por este motivo, não foram necessárias conversões neste sentido.

b) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas são divididas de acordo com a atividade exercida e subdividida entre as receitas operacionais e demais receitas.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Esses valores são contabilizados como Instrumentos Financeiros Básicos e estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas *pro rata temporis* até a data das demonstrações contábeis.

e) Valores a receber

Os valores estão contabilizados a valor de realização, sendo deduzida a parcela de créditos de liquidação duvidosa. Os créditos referem-se principalmente à direitos de recebimento de mensalidades de alunos, pela contraprestação de serviços educacionais. Há também valores referentes a cheques em cobrança.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

f) Investimentos

Os valores referem-se unicamente as ações mantidas junto ao Banco Santander.

g) Imobilizado

Estão demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, as taxas estão apresentadas na nota explicativa nº 6 levam em conta o tempo de vida útil estimada dos bens

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade não verificou a existência de indicadores de que determinamos ativos imobilizados e intangíveis, poderiam estar acima do valor recuperável, de acordo com o NBC TG 01 – Redução ao valor recuperável de Ativos, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor contábil dos ativos imobilizados e intangíveis é revisado quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor contábil do ativo que excede o seu valor recuperável, sendo este o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custo de venda e o seu valor em uso.

h) Empréstimos e Financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado.

A entidade não participa de operação envolvendo derivativos. O valor contábil dos ativos e passivos financeiros equivale aproximadamente ao seu valor de mercado.

i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade ou suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. Não há componentes de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

k) Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as melhores práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas para contabilizar determinados ativos, passivos e outras transações apresentadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão apresentar variações em relação às estimativas.

l) Cobertura de seguros

A Entidade mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Entidade e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	22.246,70	7.681,92
Banco Conta Corrente	96.957,16	172.391,27
Aplicações de Curto Prazo	2.929.847,25	1.553.016,09
Total	<u>3.049.051,11</u>	<u>1.733.089,28</u>

4. Contribuições educacionais a receber

Apresenta a seguinte composição:

Contribuições Educacionais a Receber	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuições a receber 2015	1.129,13	3.197,40
Contribuições a receber 2016	21.843,76	515.084,76
Contribuições a receber 2017	468.616,32	0,00
Contribuições em cobrança Jurídica interna	400.889,72	368.429,33
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(172.820,33)	(150.845,52)
Notas Promissórias a receber	9.990,27	0,00
Cheques pré datados	253.254,48	103.653,34
Cheques irregulares	12.707,35	17.950,73
Total	<u>995.610,70</u>	<u>857.470,04</u>

5. Adiantamentos

Apresenta a seguinte composição:

Adiantamentos	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamentos a funcionários	43.896,43	30.925,81
Adiantamentos para compras	6.035,00	3.635,00
Adiantamentos a fornecedores	556,08	7.313,43
Total	<u>50.487,51</u>	<u>41.874,24</u>

6. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Entidade estão demonstrados no quadro a seguir:

Imobilizado	2017	2016
Terrenos	10.667.655,00	10.667.655,00
Edificações	6.968.306,10	6.776.292,06
Instalações	675.156,22	675.156,22
Móveis e utensílios	1.174.779,91	1.128.846,47
Máquinas e aparelhos em geral	992.817,86	968.701,89
Computadores e periféricos	822.708,71	795.891,80
Biblioteca	430.536,73	384.646,66
Ferramentas	4.053,88	4.053,88
(-) Depreciações acumuladas	<u>(5.344.117,08)</u>	<u>(4.940.134,21)</u>
Total geral	<u>16.391.897,33</u>	<u>16.461.109,77</u>

A Entidade deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, usando as taxas de depreciação demonstradas a seguir:

	<u>Taxas anuais de depreciação</u>
Terrenos	0,00%
Edificações	2,00%
Instalações	1,18%
Móveis e utensílios	7,69% a 50%
Máquinas e aparelhos em geral	10% a 33,33%
Computadores e periféricos	16,67% a 33,33%
Biblioteca	10%
Investimentos, estrutura e prédios	10%
Ferramentas	11,11%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Entidade não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e dessa forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

A administração da Entidade revisou a vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, no entanto não identificou a existência de indicadores de que houvesse diferença entre a atual vida útil, considerando a política de renovação dos bens.

7. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

Finalidade/Banco	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Santander	11.007,05	0,00	11.363,21	0,00
(-) Juros s/ Empréstimo Santander	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Total Geral	<u>11.007,05</u>	<u>0,00</u>	<u>11.363,21</u>	<u>0,00</u>

8. Obrigações trabalhistas e sociais

Os saldos das obrigações trabalhistas e sociais a pagar são assim compostos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
INSS a recolher	62.251,80	66.425,56
FGTS a pagar	99.395,49	86.341,44
Contribuições sindicais a pagar	50,48	145,84
INSS Terceiros	11.623,04	866,75
INSS parcelamento proc 327224940	38.682,16	58.023,24
INSS parcelamento proc 325283680	46.270,08	46.270,08
IRRF a pagar	242.446,66	203.965,05
ISSQN a pagar	5.534,09	265,30
PIS, Cofins e CSLL a pagar	839,89	374,61
Total	<u>507.093,69</u>	<u>462.677,87</u>

9. Patrimônio líquido

9.a) Patrimônio social

O Patrimônio Social é apresentado em valor histórico e totaliza R\$ 3.378.032,90 (três milhões, trezentos e setenta e oito mil e trinta e dois reais e noventa centavos) em 31 de dezembro de 2017, representando os resultados acumulados de exercícios anteriores.

9.b) Ajuste de exercícios anteriores

No exercício de 2017 procedeu-se ajuste de exercícios anteriores referente as seguintes operações:

- **Fundo de investimento:** valor referente a adequação do registro da não incidência de contribuições originadas em matrículas de alunos bolsistas para o fundo de investimentos no exercício de 2016, no montante de R\$ 54.510,00.

- **Ajuste de avaliação patrimonial:** adequação do registro da depreciação incidente sobre a avaliação patrimonial ocorrida em contas de resultado nos exercícios de 2015 e 2016 como segue:

Ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	Valor ajustado
2015	62.367,21
2016	55.193,49
Total ajustado em 2017	117.560,70

- **Contribuições em cobrança jurídica interna:** adequação do lançamento realizado em conta de resultado no exercício de 2016 tratando-se de recebimentos de parcelas em cobrança jurídica interna (Ativo) no montante de R\$ 11.259,34.

Em consequência dos ajustes relatados o incremento no patrimônio líquido foi de R\$ 160.811,36 (cento e sessenta mil, oitocentos e onze reais e trinta e seis centavos).

9.c) Ajuste de avaliação patrimonial

No exercício de 2010, a Entidade realizou ajuste de avaliação patrimonial de seus bens, a qual se encontra suportada por laudo do perito Luciano Ponciano Vitt – Crea/RS 122865 para os bens móveis e perita Dulce Elizabeth Derlam – Crea/RS 24191 para os bens imóveis.

10. Receita líquida

A receita líquida resulta das operações a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita bruta	21.534.746,79	19.022.927,59
Receita de Ensino	21.016.947,47	18.521.096,22
Receita de Turno Inverso	488.038,96	384.343,23
Receita de Centro de Idiomas	13.052,61	110.198,20
Receita de serviços	16.707,75	7.289,94
(-) Deduções das Receitas	(1.323.000,33)	(1.113.736,30)
Devoluções de Contribuições	(5.939,70)	(23.622,80)
Descontos Incondicionais	(1.317.060,63)	(1.090.113,50)
Total	<u>20.211.746,46</u>	<u>17.909.191,29</u>

11. Despesas com pessoal

As despesas com pessoal resultam das operações abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com salário	8.973.736,11	8.417.943,35
Despesas com 13º salário	823.910,33	766.266,29
Despesas com férias	1.094.402,62	1.047.172,70
Despesas com estagiários	252.707,66	182.940,12
Despesas com indenizações	0,00	5.587,09
Despesas com FGTS	921.790,22	905.881,87
Provisão para contingências trabalhistas	83.828,06	438.502,38
Despesas com demais benefícios	448.018,43	360.398,11
Total	<u>12.598.393,43</u>	<u>12.124.691,91</u>

12. Despesas administrativas

As despesas administrativas resultam das operações abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com utilidades e serviços	324.220,32	341.843,24
Despesas com atividades didáticas	287.801,08	259.928,43
Despesas com manutenções	923.472,82	560.751,28
Despesas com segurança	470.817,59	358.098,08
Depreciações e amortizações	360.689,03	408.037,96
Despesas com serviços contratados	199.464,85	153.835,20
Despesas Gerais	579.341,90	537.976,15
Despesas com impostos e taxas	32.855,00	33.239,30
Despesas com Filantropia	3.728.235,05	3.264.287,81
Despesas com projetos	30.247,92	23.250,00
Despesas com provisões para perdas	21.974,81	137.367,82
Total	<u>6.959.120,37</u>	<u>6.078.615,27</u>

13. Resultado financeiro

O resultado financeiro resulta das operações abaixo:

Receitas Financeiras	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros e multas ativas	114.827,65	92.323,24
Receita de aplicações financeiras	214.496,48	158.732,44
Outras receitas financeiras	16.912,28	33.243,20
Total	<u>346.236,41</u>	<u>284.298,88</u>
Despesas Financeiras	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros e multas passivas	35.160,02	152.089,05
Despesas bancárias	2.901,28	6.012,68
Outras despesas financeiras	186,50	523,17
Total	<u>38.247,80</u>	<u>158.624,90</u>

14. Gratuidades (Lei 12.101/2009)

A Fundação Educacional João XXIII, entidade filantrópica de atuação na área da educação está obrigada ao atendimento da Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013, a qual prevê a concessão anual de bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, demonstrado no quadro de gratuidades:

Gratuidades	Quantidade de alunos 2017	Quantidade de alunos 2016
Total de alunos matriculados	1.128	1.119
Alunos bolsa integral	164	161
Alunos inadimplentes	5	9
Alunos pagantes	959	949
Alunos bolsa parcial de 50%	1	2
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	32	28

Com base nos documentos contábeis a Entidade apresenta o seguinte demonstrativo de Receitas Efetivamente Recebidas e Gratuidades Praticadas para os exercícios de 2017 e 2016:

Cálculo da receita efetivamente recebida	2017	2016
Mensalidades no início do exercício	886.711,49	848.791,35
(+) Receita bruta de mensalidades do exercício	21.016.947,47	18.521.096,22
(-) Bolsas de estudos integrais e parciais	3.118.303,78	2.775.290,67
(-) Devoluções/Cancelamentos de mensalidades do exercício	5.939,70	23.622,80
(-) Desc.incond.concedidos sobre mensalidades do exercício	1.317.060,63	1.090.113,50
(-) Perda no recebimento de mensalidades		
(-) Mensalidades no final do exercício	892.478,93	886.711,49
(=) Total da receita efetivamente recebida	16.569.875,92	14.594.149,11
Gratuidade a ser aplicada (20%)	3.313.975,18	2.918.829,82
Gratuidade Aplicada Educação		
Bolsas de Estudos Integrais e Parciais	3.118.303,78	2.775.290,67
Programa de Apoio ao Aluno Bolsista	609.931,27	488.997,14
TOTAL EM 2017 = 22,50% (22,37% em 2016)	3.728.235,05	3.264.287,81

15. Isenção de Contribuição Previdenciária Patronal

A isenção de Contribuição Previdenciária Patronal usufruída apresenta os seguintes valores:

Isenção Patronal	2017	2016
Isenção de Contribuição Previdenciária	2.812.601,37	2.569.137,12
Total	2.812.601,37	2.569.137,12

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017

Laura Maria da Conceição Eifler Silva
Presidente
CPF: 291.761.230-49

Patrimonial Assessoria Contábil Ltda.
CRC-RS 2.781 CNPJ 92308691/0001-03
Resp.Téc.Cont.-Roberto da Silva Medeiros
CRC/RS 41.215 CPF: 407.347.650-53